



**Universidade de Brasília - UnB**  
**Instituto de Ciências Humanas - IH**  
**Departamento de Serviço Social - SER**  
**Trabalho de Conclusão de Curso - TCC**  
**Orientadora: Lívia Barbosa Pereira**

**Educação Especial e Serviço Social: Uma Lacuna na Produção Acadêmica do Serviço Social na discussão sobre a política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**

**Marianna Loiola Sousa - 15/0140215**

**Brasília, julho de 2019**

Primeiramente a Deus, por ter me sustentado até aqui, sem Ele nada disso seria possível. À minha querida irmã, Maria Luíza, que foi a inspiração para este trabalho. Aos meus pais, Maíla Loiola e Ivan Sousa, amo vocês. Às minhas amigas, Julia, Raquel e Amanda, obrigada pela força meninas. À todos os familiares e amigos, minha eterna gratidão.

# SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>1. Capítulo 1 - Tópicos introdutórios.....</b>	<b>7</b>
1.1 Algumas considerações acerca do termo deficiência e um breve contexto histórico.....	7
1.2 Educação Especial ou Educação Inclusiva?.....	10
1.3 Breve histórico da Educação no Brasil e seus passos para uma Educação Inclusiva.....	12
1.4 Censo Demográfico e Censo Escolar.....	17
<b>2. Capítulo 2 - Abordagem da Educação e da Educação Inclusiva no Brasil.....</b>	<b>22</b>
2.1 Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.....	22
2.2 Contribuições de profissionais do ramo para a discussão.....	28
<b>3. Capítulo 3 - Das revistas do Serviço Social.....</b>	<b>32</b>
3.1 Revista SER Social.....	32
3.2 Revista Serviço Social & Sociedade.....	36
3.3 Revista Katálysis.....	37
3.4 Revista Serviço Social & Realidade.....	38
3.5 Breves Considerações.....	41
<b>4. Conclusão.....</b>	<b>43</b>
<b>5. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>44</b>
<b>6. Anexos.....</b>	<b>48</b>
6.1 Anexo 1.....	48
6.2 Anexo 2.....	50

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar se a educação inclusiva está sendo abordada pelo Serviço Social brasileiro e como esta política está sendo tratada no campo, especificamente nas revistas SER Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (SER/UnB), da Serviço Social & Sociedade, uma das revistas mais importantes do Serviço Social, reconhecida internacionalmente, da revista Katálysis e da revista Serviço Social & Realidade. Para dar início à discussão, foi abordado um breve histórico sobre a deficiência, bem como da educação inclusiva, para em seguida adentrar na discussão do Serviço Social e educação inclusiva.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva; Pessoas com Deficiência; Serviço Social.

## ABSTRACT

This final term paper has the main purpose of analyze if inclusive education is being addressed by the brazilian Social Work and how this policy is being handled in the field, specifically in the SER Social magazines from the Department of Social Work of the University of Brasília (SER/UnB ), in Social Service & Society, one of the most important social work magazines, internationally recognized, in Katálysis magazine and in Serviço Social & Realidade magazine. To initiate the discussion, a brief background was addressed, as well as on inclusive education, to then enter into the discussion of Social Work and inclusive education.

**Keywords:** Inclusive Education; Disabled People; Social Work.

## **Introdução**

O acesso à educação é um direito cujo acesso foi negado historicamente a muitos grupos sociais. A educação tem tradicionalmente, um caráter segregatório, ou seja, ela não foi feita para todos. Negros, mulheres e pessoas com alguma deficiência não tinham muito ou nenhum acesso, porém, isso foi sendo modificado a partir de legislações e suporte constitucional. A Organização Mundial da Saúde - OMS ressalta em seu relatório que os aspectos, físico e social, não devem ser dissociados, visto que, a funcionalidade e a deficiência, devem ser compreendidas como uma interação dinâmica entre os problemas de saúde e os elementos contextuais, sendo estes pessoais e ambientais. Logo, a questão social é algo relevante para o entendimento de deficiência. Diniz (2007) aponta que o capitalismo é o maior beneficiador da marginalização das pessoas com deficiência, pois estes são vistos como uma reserva em relação a sua função econômica. O problema estrutural de instituições públicas, como a escola, não permite a entrada dessas pessoas nesses espaços.

Para nos orientar neste trabalho, partiremos das seguintes perguntas: Quais são as discussões do Serviço Social sobre educação? Há alguma abordagem sobre a inserção de assistentes sociais na educação inclusiva? É nessas questões que vou me basear e tentar responder ao decorrer do trabalho. Portanto, o objetivo principal é analisar como se expressam as contribuições do Serviço Social brasileiro na discussão sobre a política de educação especial na perspectiva da Educação Inclusiva, especificamente, fazer uma análise dos volumes da Revista SER Social, que é ligada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB), de 1998 até 2019, da Revista Serviço Social & Sociedade, a partir do ano de 2010, visto que, a revista disponibiliza os volumes a partir desse ano, da revista Katálysis, que está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e ao de Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, de 1997 até o ano de 2019 e da revista Serviço Social & Realidade, que por sua vez é vinculada ao Programa de Pós-Graduação - Doutorado e Mestrado em Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Franca, do ano de 2007 até 2016. A partir dessas revistas, foi feito um levantamento sobre a discussão do Serviço Social a respeito do tema proposto.

Nesse sentido, é importante frisar que considerarei apenas os volumes disponibilizados *online* pelas revistas, sendo que as próprias disponibilizam apenas o material analisado na

internet. Além disso, no decorrer da análise, foi necessária a inclusão de duas revistas, dado que com as duas primeiras pensadas para realizar a análise - a revista SER SOCIAL e a revista Serviço Social & Sociedade - os resultados seriam bastante reduzidos, desse modo, optei por incluir na pesquisa a revista Katálisis e a revista Serviço Social & Realidade.

O objetivo desse trabalho é analisar a produção científica acerca essa discussão, ou seja, a inserção dos/as assistentes sociais na educação inclusiva. O trabalho consiste em uma revisão exploratória, se direcionando para uma revisão sistemática. Sendo assim, utilizei a abordagem da pesquisa qualitativa, que segundo Martinelli (1999)

[...] se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados nos fornece uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar (MARTINELLI, 1999, p.115).

Desse modo os métodos (delineamento) da pesquisa se dividiu em três etapas. A primeira foi a realização e uma revisão do levantamento bibliográfico e aquisição das bibliografias-chave para o estudo, a segunda consiste num extenso levantamento dos dados, a terceira e última etapa, na análise dos dados coletados e sistematização. Para avaliação das revistas foram considerados o ano e o número de publicações feitas, levando em conta todas informações contidas nas mesmas - editoriais, artigos, dossiês e resenhas - número de publicações sobre o tema e se há algum com uma aproximação com a temática. Já para a avaliação dos artigos encontrados considerou-se a área de conhecimento dos/as pesquisadores/as, graduação e pós-graduação - mestrado e doutorado, estado de origem, instituição vinculada, gênero e se há financiador (a). Esses aspectos são relevantes para nos orientar quanto a área de pesquisa de cada autor (a).

No primeiro capítulo, foram abordados conceitos fundamentais para nortear e contextualizar a discussão a respeito do tema. A princípio, abordarei sobre o termo deficiência, trazendo um breve contexto histórico. Em seguida, um sucinto tópico sobre educação especial e inclusiva, sua definição e ligação. No terceiro tópico, tratarei sobre o contexto histórico da educação no Brasil e no último analisarei dados do censo demográfico e escolar, com o objetivo de compreender melhor a educação inclusiva no Brasil. A partir disso, trato sobre a utilização do tema na produção científica do Serviço Social brasileiro, com uma análise mais particular de quatro revistas do Serviço Social, a Revista SER Social do

Departamento de Serviço Social da UnB, da Revista Serviço Social & Sociedade, da Revista Katálysis e da Revista Serviço Social & Realidade.

No segundo capítulo, serão abordadas as contribuições dessa produção científica na discussão sobre a educação inclusiva. Ampliarei o estudo para analisar o Serviço Social na política de educação, bem como seus apontamentos sobre a pessoa com deficiência. Analisarei quais são as discussões do Serviço Social sobre educação e se há uma abordagem em relação à educação inclusiva. Primeiramente, irei verificar a abordagem do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e, em seguida, algumas contribuições de profissionais do ramo, ou seja, os assistentes sociais que atuam na área e produziram sobre o tema.

No terceiro e último capítulo, abordarei a utilização do tema no Serviço Social brasileiro, a partir da análise mais particular das revistas SER Social do Departamento de Serviço Social da UnB, Serviço Social & Sociedade, Katálysis e Serviço Social & Realidade.

## **1. Capítulo 1: tópicos introdutórios**

Neste capítulo, serão abordados conceitos fundamentais que nortearão este trabalho e que contextualizarão as discussões aqui apresentadas. No primeiro momento, abordarei sobre o termo deficiência, trazendo um breve contexto histórico. Em seguida, um breve tópico sobre educação especial e inclusiva. No terceiro tópico, tratarei sobre o contexto histórico da educação no Brasil e no último analisarei dados do censo demográfico e escolar, com o objetivo de compreender melhor a educação inclusiva no Brasil. A partir disso, trato sobre a utilização do tema na produção científica do Serviço Social brasileiro, com uma análise mais particular de quatro revistas do Serviço Social, a Revista SER Social do Departamento de Serviço Social da UnB, da Revista Serviço Social & Sociedade, da Revista Katálysis e da Revista Serviço Social & Realidade.

### **1.1 Algumas considerações acerca do termo Deficiência e um breve contexto histórico**

Antes de tudo, vamos compreender o que seria deficiência, bem como que pensamos quando se fala em deficiência? Quais termos são usados no senso comum? Nesse sentido, de forma pejorativa, usa-se os termos *inválido* ou *aleijado*, entre outras tantas, para dar qualidade a este grupo de pessoas. De acordo com o decreto 3.298 que regulamenta a Lei 7.853/89, a deficiência é entendida de uma forma biomédica e institucional. O decreto pontua suas considerações a respeito da deficiência física, auditiva, visual, mental e múltipla. De acordo com o decreto, a deficiência física é a alteração completa ou parcial dos componentes do corpo, este se apresenta mediante a forma de paraplegia, paraparesia, tetraplegia, tetraparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, entres outros; menos para as deformidades estéticas, bem como as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções. A respeito da deficiência auditiva, entende-se pela perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais. Sobre a visual, pontua a cegueira, a baixa visão, os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. Entende-se por deficiência



mental, o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, já na múltipla – associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 1999).

A partir do processo histórico da luta das pessoas com deficiência para modificar a forma como elas são vistas na sociedade, o termo foi ganhando novos olhares ao longo do tempo. Dessa forma, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS - 8.742/93) que “dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências”, trouxe uma definição atualizada do termo deficiência. Em seu IV Capítulo, Art. 20, sua definição para pessoa com deficiência, de acordo com a lei mostra que,

pessoa com deficiência: aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas; [...] impedimentos de longo prazo: aqueles que incapacitam a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (BRASIL, 1993)

Já de acordo com o relatório realizado pela Organização Mundial da Saúde - OMS em 2011, a deficiência é dinâmica, complexa e muito questionada, isso porque muitos pesquisadores da área da saúde e das ciências sociais, em companhia do movimento de pessoas com deficiência, estão identificando as barreiras físicas e sociais e o papel delas na vida do grupo (OMS, 2012, p. 4). Isso torna evidente que a utilização do termo deficiência, vai além do contexto médico e físico, tornando importante levar em conta a questão social. O relatório ressalta que os dois aspectos, tanto o físico como o social, não devem ser dissociados, portanto, a funcionalidade e a deficiência, devem ser apreendidas como uma interação dinâmica entre os problemas de saúde e os elementos contextuais, estes pessoais e ambientais (OMS, 2011, p. 4).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF, acentua que não se pode ignorar a relevância dos dois aspectos da deficiência, uma vez que, a pessoa com deficiência, por sua condição física limitada, muitas vezes é impedida de estar em determinados locais, devido aos fatores contextuais, sejam eles pessoais ou ambientais (OMS, 2011, p. 4).

O termo também é tema do livro de Débora Diniz, “*O que é deficiência*”. A autora aborda o conceito de forma bastante profunda, tratando a respeito da historicidade em torno do conceito, desconstruindo vários elementos do senso comum a respeito de deficiência.

Diniz (2007) afirma que a deficiência passou a ser compreendida como uma forma de opressão<sup>1</sup> compartilhada por pessoas com diferentes tipos de lesões (DINIZ, 2007) pois as pessoas com deficiência tinham algo em comum. Como existem diversos tipos de deficiências, a experiência com a opressão era o ponto em comum que unia e une as pessoas com algum tipo de lesão ou deficiência.

Tendo dito isto, é perceptível que a sociedade não está preparada para receber esse público, tanto de maneira educacional, quanto estrutural. Portanto, nesse jogo sempre tem alguém que se beneficia com a marginalização das minorias, o que não é surpresa na sociedade brasileira, visto que é algo historicamente marcado em nossa sociedade. Diniz (2007) enfatiza que o maior beneficiador da marginalização das pessoas com deficiência é o capitalismo. A autora contextualiza o debate sobre deficiência e evidencia nele que as pessoas com deficiência cumprem uma função econômica como parte do exército de reserva, bem como, uma função ideológica mantendo-os na posição de inferioridade (DINIZ, 2007, p. 22). Portanto, compreende-se que é confortável para a sociedade capitalista a marginalização das pessoas com deficiência, como outras categorias ditas como minorias na sociedade.

O problema estrutural de instituições públicas, como a escola, por exemplo, dificultam a entrada dessas pessoas nesses espaços, ao que parece, certas instituições já são feitas para não recebê-las. As instituições educacionais, em sua maioria, não têm uma estrutura física que suporte o amplo acesso da população, esse problema se dá desde a escola de ensino básico até as instituições de ensino superior. A estrutura desses espaços, visivelmente, excluem alguns grupos, inclusive as pessoas com deficiência por terem baixo acesso de locomoção, comunicação, etc.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, também evidencia esse processo histórico das instituições educacionais, em especial as escolas. De acordo com a política, a educação se caracterizou pela visão de uma educação que limita a escolarização como privilégio de um grupo específico, e que essa exclusão foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social (MEC/SECADI, 2008). Com o processo de democratização da escola, é destacado o paradoxo inclusão/exclusão pela universalização do acesso pelos sistemas educacionais, porém, a

---

<sup>1</sup> Expressões da questão social. De acordo com Yamamoto (1999) pode ser entendida como as diversas expressões de desigualdades sociais da sociedade capitalista. Nas palavras da autora “*questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem*”.

exclusão de diversas formas de indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola é contínua e essa exclusão apresenta características comuns nos processos de afastamento e integração, que presumem a seleção, naturalizando o fracasso escolar (BRASIL, 2008a).

Outro ponto que deve ser enfatizado, é a pouca exploração do campo - deficiência - na sociedade brasileira, Diniz (2007) aponta que isso se dá, pelo fato da deficiência não ser compreendida como uma questão social, e, sim, por ainda ser vista como uma tragédia pessoal (DINIZ, 2007, p.11). Pouco se fala sobre o tema em outras áreas profissionais, o que mais temos na atualidade são estudos e pesquisas de especialidade médica, tratando apenas como uma questão clínica e não com o olhar social, que também deve ser tratado com profundidade.

De acordo com a última pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Brasil possui mais de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, contemplando pelo menos quatro tipos de deficiência, a intelectual, a visual, a auditiva e a física, sendo que a maioria dessas pessoas não concluíram sua escolarização. Isso confirma que as instituições realmente não estão preparadas para receber este grupo de pessoas, pois conforme supracitado, a escola tem um caráter seletivo em suas raízes, tornando-a para um grupo de “privilegiados”, já que para ampliar o acesso às escolas, as mesmas teriam que ampliar também seu corpo docente, com profissionais capacitados para receber um novo grupo no ambiente e alterar sua estrutura física.

O acesso à educação dessas pessoas é muito baixo, a falta de estrutura física e de recursos disponíveis das instituições para o recebimento de alunos com deficiência é grande; há também um desafio que é a preparação dos professores para atender o público.

## **1.2 Educação Especial ou Educação Inclusiva?**

Devemos ter uma compreensão de dois termos muito usados rotineiramente e que, muitas vezes se confundem e são usados como sinônimos. Primeiro iremos analisar o conceito de educação especial, partindo da ordem do senso comum, educação especial é aquela oferecida às pessoas com deficiência, é um direito garantido para esse público específico. De acordo a Lei nº 9.394/96, artigo 58,

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para

educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 1996)

Ou seja, a lei garante uma educação para as pessoas com algum tipo de deficiência e frisa que essa educação seja aplicada, de preferência, na rede regular, isso porque que as escolas devem/podem inseri-las no contexto escolar regular. A mesma ressalta, no inciso 2, do artigo 58, que os serviços especializados serão oferecidos se for necessário. Sendo assim, os serviços especiais serão ofertados quando não houver possibilidade da integração dos alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1996).

A educação especial surgiu com o objetivo de oferecer atendimento especializado, com instituições e escolas especializadas nesse atendimento. Essas instituições, além de oferecer a educação, trabalhavam numa perspectiva terapêutica, para a partir de diagnósticos, fazer as determinações das práticas educacionais para os alunos com deficiência (BRASIL, 2008a).

Logo, a forma de organização é oferecer um atendimento especializado, e esse atendimento, poderia ser feito separadamente, ou seja, no contraturno. Atualmente, a educação especial não se concentra em questões terapêuticas, ela também é oferecida na rede regular de ensino, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva,

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008a)

O termo educação inclusiva, engloba não só a deficiência, mas também, aspectos de gênero, racial/etnia, territorial, geracional, porém, essa Política tem o foco em características sensoriais, físicas ou intelectuais (MEC/ SEESP/ DPEE, 2015).

Entendemos que a educação especial é uma perspectiva da educação inclusiva, afinal, ela é entendida como a inclusão do aluno no contexto de ensino regular. Vemos em livros e artigos a colocação de ambos os termos para contextualizar questões referentes à inserção de

pessoas com deficiência no ambiente escolar, sendo assim, não é errôneo usar ambos os termos com o intuito de se referir às pessoas com deficiência.

O documento final da Conferência Nacional de Educação Básica, ressalta os objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, são eles:

[...]assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de professores para o atendimento educacional especializado aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008b)

O texto destaca a dificuldade de se trabalhar diversidade em âmbito pedagógico, ainda mais num país marcado por exclusão social, política, econômica e cultural como o Brasil (BRASIL, 2008). O documento pontua questões ao se pensar a inclusão social, englobando toda diversidade, diferentemente da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Segundo Muniz, Muniz e Viana (2018) a educação especial no contexto de ensino regular, não tem preocupação somente em seu espaço físico acessível, todavia, para que essa política seja efetivada de maneira plena, necessita de uma bagagem maior, como instrumentos e técnicas que fazem parte dela, como a Língua Brasileira de Sinais - Libras, o Braille e as políticas públicas de inclusão, que procuram viabilizar a inclusão de crianças com deficiência no Ensino Regular (MUNIZ, MUNIZ, VIANA, 2018, p. 189).

Portanto, há diversos aspectos para que essa política seja efetivada e, como é dever do Estado, o mesmo deve dar condições tanto para os profissionais, como para manutenção das estruturas físicas das instituições de ensino.

### **1.3 Breve Histórico da Educação no Brasil e seus passos para uma Educação Inclusiva**

No Brasil, as pessoas com deficiência começaram a ter atenção, a partir do ano de 1854, com a criação da instituição Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e em 1857, a criação do Instituto dos Surdos Mudos. Atualmente essas instituições são denominadas Instituto Benjamin Constant - IBC e Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES (BRASIL, 2008a). No início do século XX, é criado a Pestalozzi, no ano de 1926, o instituto tem seu atendimento voltado para pessoas com deficiência mental.

Porém, a educação brasileira ganhou mais visibilidade como um direito de todos, na Constituição Federal de 1934. Antes disso, porém, foi criado o Ministério da Educação - MEC, em 1930, cujo nome era Ministério da Educação e Saúde Pública<sup>2</sup>.

Em 1945, Helena Antipoff cria na Pestalozzi, o atendimento educacional especializado, voltado para as pessoas com superdotação (SECADI, 2008). A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, é criada em 1954. A APAE é uma instituição filantrópica, foi organizada pelos pais de pessoas com deficiência, que de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, foi criada em 1954 no Rio de Janeiro, tem como objetivo principal de lutar pela defesa de direitos, atendimento e garantia de qualidade de vida das pessoas com deficiência (El-Abed, 2017, p. 49).

Em 1961 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61) ela fundamenta o atendimento educacional para as pessoas com deficiência, principalmente os direitos dos “excepcionais”. Em 1971, a Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN/61, por pontuarem o tratamento especial para as pessoas com deficiência, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial, a Lei de 1971 oferece a organização de um sistema de ensino que seja capaz de atender os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e isso acaba fortalecendo o encaminhamento desses estudantes para as classes especiais e escolas especiais (BRASIL, 2008a).

O Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, é criado pelo MEC. O centro é responsável por gerenciar a educação especial brasileira, com uma perspectiva integracionista, contribuiu em ações educacionais voltadas para as pessoas com deficiência e com superdotação, porém, ainda em uma perspectiva assistencial e isoladas do Estado (BRASIL,

---

<sup>2</sup> Governo Getúlio Vargas.

2008a). A educação não tinha caráter universal, havia uma visão de políticas especiais voltada aos estudantes com deficiência.

Na Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser direitos de todos, portanto, o objetivo é oferecer uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade como direito para toda a população. Com essa democratização, a educação é vista como um direito social. O artigo 205 diz que,

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Dessa maneira, a educação passa a ser universal, para todos e de todas, com acesso para toda a população e com uma proteção do Estado para tal e, ainda garante, no artigo 208, inciso III, o atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino.

Os estudos sobre a educação inclusiva ganham força a partir da década de 1990. Nessa década houve alguns acontecimentos que contribuíram para esse contexto histórico, como por exemplo, a Conferência de Jomtien, na Tailândia. Essa conferência aconteceu em 1990 e foi considerada a Conferência Mundial de Educação para Todos, dela surge a Declaração Mundial de Educação para Todos. Seus principais objetivos são: educação básica; a tolerância com o diferente; a universalização do acesso à educação e políticas adequadas. Ela vai quantificar os números de crianças, adolescentes e jovens que estão fora da escola com o intuito de garantir o acesso e permanência de todos nas escolas, através da promoção de modificações no ensino.

Já em 1994, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação Especial, desta surgiu a Declaração de Salamanca, que prevê uma educação para todos, não importando o grupo pertencente ou a condição física de uma pessoa, bem como o direito do adulto que não teve oportunidade de ir à escola quando criança poder receber a educação; prevê também a pedagogia para crianças, com o objetivo da diversidade, de todas as crianças aprenderem juntas na escola regular e a participação da comunidade na escola, esta com uma proposta de currículo mais adequado e flexível (BRASIL, 1994) é a partir daí que se fundamenta a Educação Inclusiva no Brasil.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), surge com a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; a respeito à liberdade e apreço à tolerância e a garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida, como uns de seus princípios. Em seu artigo 58, define-se educação especial como uma modalidade escolar oferecida, de preferência, na rede de ensino regular, para os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

No artigo 59, pontua os sistemas que serão assegurados, dentre eles, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades e professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996). A Lei descentraliza o ensino e é considerada um avanço relevante na história da educação.

Em dezembro de 1999, o governo federal emite o Decreto-lei nº 3.298, que regulamenta a Lei 7.853/89, para a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. O Decreto-lei em seu artigo 2, fala que a Educação Especial é uma modalidade educativa que abrange todas as esferas e modalidades do ensino, bem como a atuação complementar (BRASIL, 2008a).

Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1999)

O Plano Nacional da Educação - PNE, aprovado pela Lei nº 10.172/2001, traz um balanço da situação da educação especial brasileira da época, destacando que o grande avanço que a educação deveria fornecer seria a construção de uma escola inclusiva, que tivesse o objetivo de garantir o atendimento à diversidade humana. Em 2002, a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, foi reconhecida através da Lei nº 10.436/02, sendo entendida como a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com



estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

No ano seguinte, 2003, o MEC implementa o Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade, como o objetivo de tornar o atendimento de qualidade e inclusão dos alunos com deficiência, de transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nas classes comuns. Já em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação, pelo governo federal, com o objetivo de melhorar a educação básica, ele apresenta em um dos seus eixos, a formação de professores para a educação especial.

A partir de então, o governo federal lança legislações para fortalecer a inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, com a intenção de orientar, promover, implementar políticas públicas no âmbito educacional que contribuam para a integração das pessoas com deficiência, em todos os níveis no contexto escolar, como a Política Nacional de Educação Inclusiva na Perspectiva da Educação Especial de 2008, publicada pelo MEC, que estabelece um novo marco na educação brasileira.

Em 2014 é aprovado o Plano Nacional da Educação - PNE ( Lei nº 13.005/2014) cujas metas, de acordo com o MEC, são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais e o exercício da cidadania. (MEC, 2014). O Plano apresenta 20 metas e cada uma delas apresentam estratégias para sua efetivação no sistema educacional, desde sua aprovação, dentre elas:

[...] **META 4** Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.; **META 5** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o (terceiro) ano do ensino fundamental.; **META 6** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.; **META 7** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb. (BRASIL, 2014)

Na meta 4 do plano, é garantido a universalização do ensino para as pessoas com deficiência, bem como um sistema de educação inclusiva. Na meta 5 é enfatizado a alfabetização de todas as crianças, incluindo assim, as crianças com deficiência. A educação também teve outros avanços importantes, porém, para a educação se tornar um bem para todos há muito avanço pela frente (PINTO *et al.*, 2016, p. 233).

Mesmo com políticas que dão o direito de educação para todos, sem nenhum tipo de discriminação, não se pode negar que os caminhos para efetivação destes vem sendo trilhados lentamente e com sua historicidade ainda jovem, torna sua efetivação ainda mais precária.

Apesar das muitas políticas conquistadas de forma tão lenta, as pessoas com deficiência nem sempre ou quase nunca conseguem preencher os espaços. O MEC lançou em 2015, um parecer técnico intitulado *Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*, em resposta a uma proposta de emenda. Nesse parecer o MEC frisa seu compromisso em assegurar o direito à educação regular para todos, segundo o Ministério,

Todas as crianças, jovens e adultos com deficiência devem ter assegurado o seu direito de aprender, na série correspondente à sua faixa etária. Os professores da educação básica, em articulação com a educação especial, devem estabelecer estratégias pedagógicas e formativas, metodologias que favoreçam a aprendizagem e a participação desses alunos no contexto escolar (BRASIL, 2015, p. 199)

Na perspectiva de garantir amplo acesso da rede regular de ensino para todos, uma das propostas do MEC é a temática estar presente em debates sobre educação no Brasil, para assim dispor de condições para a integralização das pessoas com deficiência no âmbito escolar. Nesse contexto, o desafio é superar essa exclusão histórica e promover projetos para uma efetiva inclusão (BRASIL, 2015).

O direito à educação para as pessoas com deficiência, também é garantido pela Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão, no artigo 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, diz

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 19)

Além disso, o Estatuto destaca que *“é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.”* (BRASIL, 2015, Art. 8º). No artigo 28, acentua no inciso I que o *“sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo da vida.”* (BRASIL, 2015, Art. 28), também é assegurado a obtenção de tradutores e intérpretes de Libras nas salas de aula. Portanto, a lei também assegura que esse sistema educacional tem o dever de ser inclusivo, respeitando as diferenças e as formas de aprendizagem de cada um e, ainda, assegura que o sistema educacional tem que auxiliar as crianças no desenvolvimento de suas habilidades.

#### **1.4 Censo Demográfico e Censo Escolar**

Conforme supracitado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, constatou em seu último Censo Demográfico realizado em 2010 que o Brasil possui mais de 45 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, contemplando pelo menos quatro tipos de deficiência, a intelectual, a visual, a auditiva e a física, sendo que a maioria dessas pessoas não concluíram o ensino escolar (IBGE, 2010). Na deficiência mental/intelectual, existiam mais de 2,6 milhões de brasileiros; na deficiência visual cerca de 6 milhões, sendo que 56.533 mil brasileiros com grande grau de dificuldade e mais de 29 milhões com alguma dificuldade. Na auditiva 1 milhão 798 mil 967 pessoas com grande grau de dificuldade e mais de 7 milhões com alguma dificuldade. Na física/motora mais de 8 milhões com alguma dificuldade, mais de 3 milhões com grande dificuldade e cerca de 734 mil 421 pessoas que não conseguem de modo algum se mover, ou que depende totalmente de outra pessoa no dia-a-dia (IBGE, 2010).

Observa-se que esse número teve um aumento significativo referente ao ano 2000, que indicou mais de 24 milhões de pessoas. Porém, ao mesmo tempo que esse grupo populacional cresce na sociedade brasileira, a própria sociedade continua com as mesmas características estruturais e institucionais por não obter mecanismos para inserção das pessoas com deficiência efetivamente.

A pesquisa de 2010 frisa que a maioria dessas pessoas não tiveram pleno acesso à educação, consolidando assim, o aumento dos números de pessoas analfabetas e/ou semianalfabetas no país. Contudo, de acordo com o Ministério da Educação, houve um significativo aumento de pessoas com deficiência no contexto escolar,

62,7% das matrículas da educação especial em 2007 estavam nas escolas públicas e 37,3% nas escolas privadas. Em 2013, esses números alcançaram 78,8% nas públicas e 21,2% nas escolas privadas, mostrando a efetivação da educação inclusiva e o empenho das redes de ensino em envidar esforços para organizar uma política pública universal e acessível às pessoas com deficiência. (INEP, 2014, p. 25)

Isso demonstra que o número de pessoas com deficiência tem crescido com o passar dos anos. É importante salientar que grande parte desses aumentos eram de escolas públicas, cerca de 94% das matrículas em classes comuns, que são os alunos inclusos, foram realizadas em instituições da rede pública, contra 6% em instituições privadas (INEP, 2014).

Somado a esse fato, é sempre importante frisar que nem todos têm condições mínimas para se manter em uma escola de ensino privado, tornando um fator para muitos deles estarem fora do contexto e convívio escolar, cabendo aqui salientar que isto também é uma expressão da questão social, portanto, a deficiência precisa ser vista também, com um olhar social e não apenas como um modelo clínico médico, pois, após um longo processo histórico, ela passou a ser vista como uma experiência de opressão compartilhada por pessoas com diversos tipos de lesões (DINIZ, 2007, p. 22).

Na tabela abaixo, do Censo Escolar de Educação Básica de 2013, vemos em números, o crescimento desses estudantes, em especial na inclusão deles em classes comuns.

**Tabela 1 – Número de Matrículas na Educação Especial por Etapa de Ensino – Brasil – 2007-2013**

Ano	Total Geral	Classes Especiais e Escolas Exclusivas						Classes Comuns (Alunos Incluídos)					
		Total	Ed. Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Ed. Profissional	Total	Ed. Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Ed. Profissional
2007	<b>654.606</b>	348.470	64.501	224.350	2.806	49.268	7.545	306.136	24.634	239.506	13.306	28.295	395
2008	<b>695.699</b>	319.924	65.694	202.126	2.768	44.384	4.952	375.775	27.603	297.986	17.344	32.296	546

2009	<b>639.718</b>	252.687	47.748	162.644	1.263	39.913	1.119	387.031	27.031	303.383	21.465	34.434	718
2010	<b>702.603</b>	218.271	35.397	142.866	972	38.353	683	484.332	34.044	380.112	27.695	41.385	1.096
2011	<b>752.305</b>	193.882	23.750	131.836	1.140	36.359	797	558.423	39.367	437.132	33.138	47.425	1.361
2012	<b>820.433</b>	199.656	18.652	124.129	1.090	55.048	737	620.777	40.456	485.965	42.499	50.198	1.659
2013	<b>843.342</b>	194.421	16.977	118.321	1.233	57.537	353	648.921	42.982	505.505	47.356	51.074	2.004
<b>D% 2012/2013</b>	<b>2,8</b>	-2,6	-9,0	-4,7	13,1	4,5	-52,1	4,5	6,2	4,0	11,4	1,7	20,8

Fonte: MEC/Inep/Deed. Nota: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

Nessa tabela produzida pelo MEC, é visto o crescimento da inclusão desses estudantes na rede regular de ensino pública de 2007 até 2013, na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio com a diferença significativa de um ano para outro. Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na educação profissional, os números também apresentam questões importantes, visto que, geralmente, a faixa etária desse público são de maiores de 18 anos de idade e no EJA, especialmente, pessoas com idade mais avançada. A importância de destacar essa questão, é pelo fato de simplesmente estarem ocupando esses espaços, apesar de sua condição (física, auditiva, visual, intelectual).

Segundo o Ministério da Educação, a educação especial é efetivada na perspectiva da inclusão e essa política de educação inclusiva é prioridade, através dela houve um aumento de oferta na educação básica para atender alunos com alguma deficiência, respeitando as necessidades educacionais e o processo de aprendizagem (INEP, 2014).

A próxima tabela, mostra como esse crescimento foi expressivo em classes comuns na rede pública e também nos mostra, claramente, uma queda em classes especiais.

**Tabela 2 – Número de Matrículas na Educação Especial por Rede de Ensino – Brasil – 2007-2013**

Rede	Ano	Matrículas de Educação Especial
------	-----	---------------------------------

		<b>Total</b>	<b>Classes Especiais e Escolas Exclusivas</b>	<b>Classes Comuns (Alunos Incluídos)</b>
Privada	2007	<b>244.325</b>	224.112	20.213
	2008	<b>228.612</b>	205.475	23.137
	2009	<b>184.791</b>	163.556	21.235
	2010	<b>169.983</b>	142.887	27.096
	2011	<b>163.409</b>	130.798	32.611
	2012	<b>178.589</b>	141.431	37.158
	2013	<b>178.876</b>	139.794	39.082
<b>D% 2012/2013</b>		<b>0,2</b>	-1,2	5,2
Pública	2007	<b>410.281</b>	124.358	285.923
	2008	<b>467.087</b>	114.449	352.638
	2009	<b>454.927</b>	89.131	365.796
	2010	<b>532.620</b>	75.384	457.236
	2011	<b>588.896</b>	63.084	525.812
	2012	<b>641.844</b>	58.225	583.619
	2013	<b>664.466</b>	54.627	609.839
<b>D% 2012/2013</b>		<b>3,5</b>	-6,2	4,5

Fonte: MEC/Inep/Deed. Nota: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

De acordo a tabela acima, as escolas estão ampliando seus espaços e fornecendo o oferecimento de vagas, ou seja, a política está sendo efetivada, de forma lenta, mas não deixa de ser um importante avanço na área, isso afirma o compromisso do Ministério da Educação com a inclusão . O número de alunos matriculados em classes comuns, torna evidente que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência estão, ano após ano, conquistando esse espaço e, conforme supracitado, cada avanço e conquista, mesmo que seja de forma lenta, é relevante e deve ser frisado.

## **2. Capítulo 2: Abordagem da Educação e da Educação Inclusiva no Serviço Social Brasileiro**

Neste capítulo, serão abordadas as contribuições do Serviço Social brasileiro na discussão sobre a educação inclusiva. Iniciarei o estudo a partir da análise do Serviço Social na política de educação, bem como seus apontamentos sobre a pessoa com deficiência. Investigarei quais são as discussões do Serviço Social sobre educação e se há uma abordagem em relação à educação inclusiva. Primeiramente, irei verificar a abordagem do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e, em seguida, as contribuições de profissionais do ramo, ou seja, os assistentes sociais que atuam na área e produziram sobre o tema.

### **2.1 Conselho Federal de Serviço Social - CFESS**

O Código de Ética do/a Assistente Social, profissão regulamentada pela Lei nº 8.662 em 1993, traz em seus princípios fundamentais questões que englobam a relação e/ou postura dos/as assistentes sociais em relação. O primeiro princípio diz respeito ao reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas que estão associadas a ela, como a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (BRASIL, 2012, p. 23) Portanto, o próprio código pontua a autonomia, expansão e emancipação dos indivíduos sociais, isso contempla todos os sujeitos da sociedade. O Código pontua que os/as assistentes sociais devem defender os direitos humanos de forma plena, ele ainda diz em seu princípio fundamental que,

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; [...]

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (BRASIL, 2012, p.24)

No quinto princípio é acentuado sobre o posicionamento do/da profissional em relação ao acesso dos usuários aos programas e políticas sociais. O/a assistente social tem que possuir um posicionamento que assegure a todos os usuários esse acesso. No último princípio, é enfatizado que tanto o profissional quanto o usuário não deve ser discriminado por diversas questões presentes em nossa sociedade, e uma delas é a condição física. O Código também

pontua no Art. 5 que é dever dos/das profissionais em sua relação com os usuários, contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados (BRASIL, 2012, p. 30). Partindo do pressuposto que os/as assistentes sociais contribuem para a autonomia e na garantia dos direitos dos sujeitos, compreendo que sua participação junto às escolas, garante de maneira mais efetiva o acesso de todos à educação.

No Brasil, no ano de 2000, foi lançado um Projeto de Lei nº 3.688, com iniciativa do deputado José Carlos (ES/PTB) que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. A lei foi alterada e passou a ser denominada PL nº 060/2007, nela diz

Determina que o Poder Público deva assegurar atendimento psicológico e de assistência social aos alunos da rede pública de educação básica; o serviço será prestado por psicólogos vinculados ao SUS e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social; os sistemas de ensino, saúde e de assistência social disporão de 1 (um) ano, a partir da publicação da lei, para cumprir suas disposições. (BRASIL, 2007)

Após esse Projeto de Lei, o Conjunto CFESS/CRESS (Conselhos Federal e Regional de Serviço Social) procurou acompanhar essas discussões, sendo assim, Ney Luiz Teixeira de Almeida, um assistente social e mestre em educação, que faz discussões sobre Educação, fez um parecer em relação aos projetos já postos. De acordo com ele, é imprescindível um vasto processo de mobilização da categoria em relação ao tema, não só na concepção de transformar expectativas em aprovação, mas também de instrumentalização dos profissionais sobre a definição política desta aproximação (ALMEIDA, 2004). Almeida ainda pontua que é muito mais do que uma questão de mercado de trabalho, mas do fato de um conhecimento significativo sobre a política de educação e as demandas possíveis nesse campo.

A partir disso, o Serviço Social teve uma preocupação e aproximação com o tema, entretanto, Almeida ainda explica a importância de assistentes sociais ocuparem o espaço escolar, pois esse profissional atua na garantia de direitos e promoção da autonomia

As condições de ampliação do espaço ocupacional dos assistentes sociais estão diretamente relacionadas às tendências contemporâneas que marcam a relação entre o público e o privado na educação, revelando a dinâmica contraditória deste processo de expansão, assim como das possibilidades de alargamento das interfaces desta área com as demais políticas públicas. Este processo, além de situar expressões bem concretas em termos do



reconhecimento e da visibilidade que a profissão passa a ter na área de educação, merece atenção especial por encobrir sob os atrativos consensos produzidos em torno da “inclusão social” e da “valorização da educação e da cidadania”, as desigualdades sociais que marcam as condições de acesso à educação no Brasil e que a descaracterizam como uma política efetivamente pública (CFESS, 2011, p. 26).

Diante disso, o CFESS tem acompanhado as discussões, conforme supracitado, e sempre buscando contribuir para inserção dos/as profissionais em Serviço Social com a educação, bem como, com a pauta da deficiência.

Em 2001, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, lança o documento “Serviço Social na Educação”, com o objetivo de contribuir para a discussão, discussão essa que ocorre desde de 1990 com contribuições do professor Ney Luiz Teixeira de Almeida et. al., bem como dos congressos que abordaram a temática da educação.

O documento levanta a questão da educação como um direito social e as contribuições do Serviço Social na garantia desse direito. De com o CFESS (2001), a educação e o acesso e permanência na escola é garantido por uma série de legislações, como a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentado pela Lei nº 8.069/90; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 dentre outras, tendo como objetivo a formação e o desenvolvimento do sujeito para exercer a cidadania. Em relação à contribuição do Serviço Social, o CFESS (2001) parte do pressuposto da realidade social, econômica, política e cultural, trazendo a complexidade desses aspectos.

O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, dentre outros, têm sido citados como as grandes dificuldades de avanço desses alunos. As mais diferentes literaturas têm demonstrado que esses indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social enfrentados pelo educando e sua família. O enfrentamento desses problemas constitui-se no grande desafio do sistema de ensino público brasileiro, pois se é responsabilidade e dever do Estado prover a Educação Pública, garantindo o acesso e permanência do aluno na Escola, conseqüentemente faz parte de sua competência dotar o sistema da infra-estrutura necessária para que seja assegurada a efetivação deste direito. (CFESS, 2001, p. 11)

Nesse trecho, o CFESS (2001) apresenta questões recorrentes da realidade das escolas públicas brasileiras e fica explícito que essa realidade se dá, em sua grande parte, por questões sociais. É nessa perspectiva que o Serviço Social é inserido, dado que é ele que tem a

capacidade e competência de realizar esses diagnósticos sociais. Sua contribuição consiste em identificar os fatores que afetam o campo educacional, já citados acima, como o de realizar os devidos encaminhamentos para os serviços assistenciais.

O documento também traz uma breve abordagem sobre a inclusão social na escola. Segundo o CFESS (2001) a escola só se tornará inclusiva através da garantia da universalidade e qualidade em seu atendimento, sendo essa questão um desafio para a educação brasileira, pois ela precisa se atentar para as diversas formas de exclusão. O CFESS (2001) enfatiza que a escola, como um equipamento social, pode desenvolver diversas ações de acordo com a sua demanda específica, a saber, projetos que possam discutir a inclusão de pessoas com deficiência, visto que, alguns necessitam de transporte escolar, cadeiras adaptadas, e nessa questão, o Serviço Social contribui com a articulação e com as organizações existentes.

O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, lança desde 2004 o *CFESS Manifesta*. Ele é uma das publicações realizadas pelo CFESS, nele são pontuados os principais posicionamentos políticos da categoria. As publicações não são periódicas, fazendo com que alguns meses e anos o número de publicações sejam menores ou maiores; as publicações podem também estarem relacionadas de acordo com os acontecimentos da conjuntura.

De acordo com o CFESS, o *CFESS Manifesta* tem sua primeira publicação no ano de 2004, desde então, até 2018 foram publicadas ao todo 165 periódicos, dessas, apenas 6 têm alguma relação com o tema “pessoa com deficiência”. O ano que lançou mais publicações foi o de 2009, sendo 27 ao todo. No entanto, dessas, apenas uma tem relação com o tema pessoa com deficiência, cujo o enunciado “*dia nacional de luta da Pessoa com Deficiência*”, foi lançado em 21 de setembro de 2009, dia da luta da pessoa com deficiência,

Nesta publicação o Conselho apresenta os dados do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que por sua vez, revela que mais de 70% pessoas com deficiência acima de 5 anos eram alfabetizadas e, mais de 70% dos homens com alguma deficiência eram alfabetizados. Já entre as mulheres eram 71,3 % (CFESS, 2009). A partir da apresentação dos dados, na publicação o Conselho afirma que os dados apresentados não retratam de fato, a realidade educacional que o grupo vivencia, já que, um dos maiores problemas que a pessoa com deficiência enfrenta é a acessibilidade educacional; acessibilidade aqui entendida tanto como a questão estrutural quanto equipamentos e/ou

ferramentas fundamentais para o atendimento dos diversos tipos de deficiência, que possam, efetivamente, assegurar a aprendizagem e a permanência do grupo nas escolas.

O Conselho ainda ressalta que a presença da deficiência tem relação com as formas desiguais de acesso e apropriação dos bens, serviços e riqueza socialmente produzidos, visto que, esse processo tem total impacto com as diferentes deficiências, sendo que, frequentemente são fatores que induzem a condição, a exemplo da fome que produz o nanismo (CFESS, 2009). Em 2010, foram 18 publicações, sendo 1 relacionada ao tema pessoa com deficiência, cujo o tema “*dia da luta da pessoa com deficiência: sobre o quê estamos falando?*” lançado no dia 21 de setembro, dia em que se celebra a luta das pessoas com deficiência, relevante para a conscientização do assunto. Nesta publicação são pontuados alguns direitos que foram banalizados e desrespeitados; um deles é o direito à educação. Da mesma forma aconteceu em 2012, quase 2 anos depois, cujo tema foi “*3º Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Dia Internacional da Pessoa com Deficiência: Um Longo Caminho para Efetivar Direitos*”. Nesta publicação é apresentado um dos paradoxos que cercam os debates de deficiência no Brasil é a distância entre o arcabouço legal e normativo sobre o tema e a sua efetivação, visto que, há diversos flagrantes de desrespeito aos direitos conquistados. A publicação também enfatiza que a pobreza e a deficiência estão ligadas,

[..] os dados do Censo Populacional de 2010 (IBGE) indicam que a região nordeste, seguida da região norte, as mais pobres do país, são as que apresentam maiores percentuais de pessoas com deficiência, comparativamente às suas populações residentes, 26,63% e 23,04%, respectivamente. Mostram ainda que, no recorte inter-racial, agrupados/ as, os/as negros/as e pardos/as representam 23,62% das pessoas com deficiência, seguidos/ as pelos/as indígenas, 19,7%. [...] a região nordeste é a que concentra o maior percentual de pessoas com acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), destinado às pessoas pobres, com deficiência, cuja renda familiar per capita é inferior a ¼ do salário mínimo. Em 2010, dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por ocasião do Seminário Internacional do BPC\*, indicavam que 38,65% dos benefícios concedidos às pessoas com deficiência estavam na região nordeste. (CFESS, 2012, p. 2)

A mesma publicação apresenta os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de 2010. Dessa forma, a partir dos dados,

o Conselho acentua que cerca de 65,7% das pessoas com deficiência, que recebiam o Benefício de Prestação Continuada - BPC, não tinham sido alfabetizadas e ainda que, 29,2% possuíam 1º grau incompleto e 5,1% tinham o 1º grau completo (CFESS, 2012).

Desse modo, as três publicações aqui apresentadas sobre deficiência foram as que o Conselho Federal de Serviço Social publicou no *CFESS Manifesta* até o ano de 2012. Em relação ao tema educação, as publicações sobre a temática foram aumentando com o passar dos anos. Em 2014, foram o total de 10 publicações, com uma cujo tema foi *“Encontro Nacional de Educação: Educação é Direito”*, que evidencia o comprometimento do CFESS em relação ao evento e como é relevante essa participação, visto que, a educação é um direito social. Em 2016 foram 11 publicações no total, sendo uma com a temática *“Assistentes Sociais por uma Educação Pública e de Qualidade”*, esta publicação é marcada pela presença do Serviço Social no 2º Encontro Nacional de Educação - ENE, trazendo a importância do Serviço Social nesse contexto, porquanto, a educação é um direito social universal, tornando uma área de atuação do profissional em Serviço Social, pois é uma atividade que se faz presente no cotidiano do trabalho de assistentes sociais que introduziram, historicamente, ideias na política de educação popular (CFESS, 2016). As duas publicações aqui frisadas sobre o tema educação são relevantes por tornar evidente a importância da articulação do Serviço Social e Educação.

Apenas em 2017 que o Conselho volta ao tema deficiência. Neste ano foram 10 publicações no total, sendo uma delas referente a deficiência, intitulada *“Assistentes Sociais dizem não para os retrocessos aos direitos e às políticas das pessoas com deficiência e da pessoa idosa”*. Nesta impressão o CFESS enfatiza a defesa do Serviço Social frente aos direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência, pontuando que esse auxílio pode ser feito na esfera da defesa da seguridade social, levando em conta que as políticas sociais devem garantir o acesso aos bens e serviços fundamentais para a vida, bem como na esfera da ética e dos direitos humanos, para que essas, sejam pensadas a partir da perspectiva das necessidades e reivindicações das pessoas com deficiência (CFESS, 2017).

O Conselho possui um número relevante de publicações de 2004 até 2018 e, é evidente a preocupação do CFESS com o tema deficiência, dado que, o Conselho busca sempre estar envolvido, tendo uma proximidade com questões tanto da educação quanto das pessoas com deficiência.

Além disso, o Conselho realiza, periodicamente, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS. O CBAS é considerado o maior evento do Serviço Social brasileiro, é nele que há a possibilidade de encontro de profissionais e estudantes de Serviço Social das diversas partes do Brasil. O evento mais importante para a categoria, foi o 3º CBAS, intitulado “Congresso da Virada”, foi realizado em 1979, em São Paulo, tornando relevante para a história do Serviço Social brasileiro pelo seu caráter contestador e o desejo de transformação. A partir dele o Serviço Social rompe com o conservadorismo que conduzia a profissão. Alguns outros congressos abordaram sobre educação, como o 8º CBAS, realizado no ano de 1995 em Salvador e os dois seguintes semelhantemente - 9º CBAS (Goiânia/1998), 10º (Rio de Janeiro/2001) - os três congressos trataram indiretamente sobre questões relacionadas à educação, porém, houve uma grande dificuldade de aprofundar no assunto e nos debates, visto que, o Conselho disponibiliza de poucos dados em relação aos congressos anteriores, mas vale ressaltar a relevância dada ao tema de educação nos três congressos seguintes, porém, a partir das publicações disponibilizadas, os congressos não abordaram o tema deficiência.

### **2.3 Contribuições de profissionais do Serviço Social para a discussão**

A partir dos apontamentos feitos anteriormente, vale ressaltar que assistentes sociais nos espaços educacionais são de grande importância para dar suporte ao desenvolvimento e permanência da criança na escola. Sanches e Sarmiento (2012) em artigo publicado na revista *Ser Social*, sobre um estudo de caso realizado em duas escolas públicas, afirmam que o profissional em Serviço Social, dentre diversas possibilidades de atuação, pode:

- 1- discutir e propor diretrizes para a efetivação da política de direitos para as crianças em suas diversas dimensões;
- 2- discutir as composições das famílias em seus contextos históricos, sociais e culturais, bem como as várias maneiras da criança existir;
- 3- contribuir com a descolonização da escola, superando ideologias positivistas e deterministas;
- 4- auxiliar no engajamento dos agentes no encaminhamento de propostas vindas dos instrumentos de participação coletiva, como os conselhos escolares, os de classes, as associações, os fóruns e outros segmentos;
- 5- cooperar na abertura de canais de comunicação entre a escola e os outros setores da sociedade, tanto em esfera local quanto em esfera global;
- 6- contribuir nas pesquisas sobre o lugar em que as escolas estão inseridas;
- 7- procurar a reconstrução de um espaço cotidiano nas escolas, sempre na perspectiva da garantia de direitos das crianças, levando em conta o direito de poderem falar (poder) e de serem

ouvidas (saber), portanto, o reconhecimento de sua condição de sujeito. (SANCHES, SARMENTO, 2012, p. 73)

Essa perspectiva também compreende a atuação de assistentes sociais na Educação Especial, pois os pesquisadores têm como objetivo mostrar as possibilidades de intervenção desses profissionais frente à educação inclusiva. Os autores ressaltam a importância do profissional em Serviço Social na área e suas respectivas possibilidades de atuação.

Margarezi (2010) também aborda o tema em sua monografia, a mesma explica sobre as possibilidades de intervenção do assistente social na área da educação inclusiva e expõe que os/as assistentes sociais são profissionais de fundamental importância para trabalhar na garantia da educação como direito social, que está presente nas leis brasileiras, como também auxiliar diretamente na inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino. A autora enfatiza que a escola é um equipamento social e tem a necessidade de ter em sua estrutura técnica um profissional que tem a capacidade de constatar as manifestações das questões sociais, principalmente, em relação às pessoas com deficiência, por ser vasto no país. Porém, de acordo com a autora, o/a profissional precisa desenvolver um perfil para atuar na realidade social e no campo educacional de forma crítica

[...] o assistente social precisa desenvolver um perfil diferenciado, crítico, reflexivo, criativo, propositivo, inovador e estratégico. Mas para isso ocorrer é necessário que o profissional esteja qualificado e compreenda os pressupostos atuais da profissão. (MARGAREZI, 2010, p. 40)

Portanto, o/a profissional precisa estar sempre se inovando, se capacitando, cumprindo os princípios do Código de Ética e assim ser cada vez mais capaz de propor projetos, assessorar na elaboração e implementação de políticas públicas, em especial na área da educação (MARGAREZI, 2010). A autora traz uma problemática sobre o conceito de inclusão, pois, ao pensar na inclusão, se fala em incluir algo ou alguém que está fora do processo, trazendo a exclusão como uma problemática do conceito. Desse modo, Margarezi (2010) acentua sobre a ampliação do conceito de educação inclusiva, considerando a capacidade de aprender de cada um, de acordo com seu tempo e suas particularidades. Além disso, a escola pode fazer parcerias com outras instituições para que assim consiga realizar com êxito as necessidades da educação inclusiva, visto que, o envolvimento da comunidade e

das famílias é uma das características propostas nos parâmetros educacionais da educação inclusiva (MARGAREZI, 2010, p. 20)

Compreendendo que o/a profissional de Serviço Social tem função significativa no ambiente escolar, faz-se necessária a inserção desses profissionais na rede regular de ensino e uma melhor preparação tanto de profissionais, para compor uma equipe multidisciplinar, como dos ambientes físicos das unidades de ensino.

Outro artigo que analisou a atuação de assistentes sociais em uma escola no Pará, foi o de Souza e Silva (2017) e mostra o profissional que atua na área da Educação Especial, elas ainda abordam algumas atribuições que esse profissional tem no ambiente escolar frente aos alunos com deficiência, entre outras atribuições o Serviço Social, compreendendo a ideia de um atendimento com caráter educador e não moralizador, levando em consideração todas as etapas e especificidades da vida do indivíduo, fornecendo desde o acolhimento com as famílias, com a finalidade de contribuir para a diminuição das diversas problemáticas vivenciadas pelos alunos com deficiência e manter uma tentativa de apreender a sua realidade, até os encaminhamentos para rede socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais (SOUZA, SILVA, 2017, p. 09).

El-Abed (2017), fala que o/a profissional de Serviço Social tem a habilidade profissional para propor e implementar políticas públicas no atendimento das pessoas com deficiência. A autora aborda o tema a partir de um artigo produzido sobre a atuação de assistentes sociais na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mato Grosso do Sul, enfatizando a necessidade de assistentes sociais no contexto da educação especial. Segundo ela, essa inserção se fundamenta a partir da compreensão vasta do processo de ensinar e aprender, que contempla as esferas cognitivas, afetivas e sociais, sendo esta última, principal alvo do Serviço Social, por ser a área de competência para compreender, explicar e contribuir na vida dos educandos. A autora também pontua algumas contribuições do assistente social nesse espaço, como promover ações para este público específico, articulação da promoção e ampliação dos direitos sociais, para assim incluir o reconhecimento da cidadania desses sujeitos.

El-Abed (2017) salienta que em 1980 a maneira preconceituosa de tratamento dos alunos com deficiência começou a ser questionada, visto que anteriormente, essas crianças eram enviadas para escolas especiais. Segundo a autora, as deficiências passaram a ser vistas como resultado da falta de empenho das próprias escolas em atender as diferenças de seus

alunos e não mais como um problema pessoal. A autora ainda afirma que o/a assistente social tem

[...]o compromisso de garantir e verificar alternativas para viabilizar os direitos das pessoas. Assim, não deve acolher uma determinação institucional se vier a ferir algum direito do cidadão. Esse é um dever ético do assistente social. Nessa ótica, o assistente social possui habilidade profissional para propor e implementar políticas públicas no atendimento das pessoas com deficiência. (EL-ABED, 2017, p. 25)

Considerando que os/as profissionais de Serviço Social partem do pressuposto da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, El-Abed (2017) ressalta outro ponto relevante, os projetos sociais desenvolvidos pelos profissionais do Serviço Social, pois eles exigem um conhecimento da realidade social. Em seu artigo, a autora apresenta três projetos desenvolvidos na APAE pelas assistentes sociais. O Projeto Rompendo Barreiras, que objetiva estimular a autonomia em relação aos cuidados higiênicos e restabelecer os vínculos, principalmente ao público de vulnerabilidade social e risco, para fortalecer o convívio social e familiar; o Projeto Fortalecimento de Vínculo, que tem o intuito de trabalhar as relações, tendo como foco a pessoa com deficiência e sua interação com o familiar; o Projeto Defesa, Garantia e Direito da Pessoa Com Deficiência, que objetiva em possibilitar a integração da família, por ela ser uma rede de apoio na proteção social, bem como, fortalecer a participação política do usuário e da família na defesa e garantia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla (El-Abed, 2017, p. 53-54).

Partindo do pressuposto da educação como direito, os autores e assistentes sociais buscam tratar da discussão e relação de Serviço Social e Educação Especial. O ambiente escolar é um lugar de atuação dos/as assistentes sociais, tornando isso uma afirmativa e um desafio para os/as assistentes sociais, Estado e comunidade/instituição.



### **3. Capítulo 3: Das revistas de Serviço Social**

Neste capítulo, abordo as pesquisas publicadas sobre o tema da educação inclusiva no Serviço Social brasileiro, a partir da análise da Revista SER Social do Departamento de Serviço Social da UnB, da Revista Serviço Social & Sociedade, da revista Katálysis e da revista Serviço Social & Realidade.

#### **3.1 Revista SER SOCIAL**

A Revista SER SOCIAL é uma revista ligada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/UnB), cujo objetivo é a publicação de trabalhos científicos nacionais e internacionais sobre os assuntos atuais, nas esferas da Política Social, Serviço Social e outras áreas equivalentes. Cada edição da revista destaca um determinado tema, de acordo com sua importância no contexto social atual. O Qualis Capes da revista, que é um sistema de classificação de produção científica sugerido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é A2.

A revista teve sua primeira edição no ano de 1998 e só começa a ter alguma aproximação com o tema educação e/ou deficiência, no ano de 2000, por falar de exclusão social, porém, ainda não abrange as questões que enfatizamos neste trabalho. Na primeira edição do ano de 2003, a revista publica um artigo acerca do Benefício de Prestação Continuada - BPC, aproximando-se um pouco do tema.

Em 2005, houve apenas uma publicação e esta também abordava o Benefício de Prestação Continuada – BPC. Já em 2008, na primeira edição da revista, foram publicados oito artigos, com um cujo tema é deficiência e cuidado, no entanto, não abrange também questões referentes a este trabalho.

No ano de 2010 foram vinte e duas publicações, com um artigo sobre o tema. No ano de 2011, a revista publica trinta e seis artigos, dentre ao qual apenas um tem alguma relação com o tema. Em 2012 foram vinte duas publicações, uma aborda o tema da educação, porém, de forma mais ampla. Em 2013 foram publicados, aproximadamente, vinte e três artigos e um desses fala sobre o tema e outro tem certa proximidade por abordar a deficiência.

Em 2016, a revista publica cerca de trinta e seis artigos, com apenas um que se aproxima do tema aqui proposto, abordando sobre deficiência.

Na tabela 3 abaixo, podemos ver detalhadamente o ano e o número das publicações, bem como, as publicações referentes ao tema deste trabalho.

**Tabela 3**

<b>ANO</b>	<b>Nº DE PUBLICAÇÕES</b>	<b>Nº DE PUBLICAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b>
1998 (n.2)	2	0
1998 (n. 3)	3	0
1999 (n. 4)	1	0
1999 (n. 5)	2	0
2000 (n. 6)	3	0
2000 (n. 7)	1	0
2001 (n. 8)	5	0
2001 (n. 9)	7	0
2002 (n. 10)	6	0
2002 (n. 11)	3	0
2003 (n.12)	7	0
2003 (n.13)	2	0
2004 (n; 14)	2	0
2004 (n. 15)	3	0
2005 (n. 16)	1	0
2005 (n. 17)	2	0
2006 (n. 18)	7	0
2006 (n. 19)	6	0
2007 (n. 20)	8	0
2007 (n. 21)	10	0
2008 (n. 22)	8	0
2008 (n. 23)	5	0
2009 (n. 24)	4	0
2009 (n. 25)	11	0
2010 (n. 26)	10	0
2010 (n. 27)	12	1
2011 (n. 28)	20	0
2011 (n. 29)	16	1
2012 (n. 30)	11	0
2012 (n. 31)	11	0
2013 (n. 32)	15	1
2013 (n. 33)	8	0
2014 (n. 34)	12	0
2014 (n. 35)	12	0

2015 (n. 36)	14	0
2015 (n. 37)	12	0
2016 (n. 38)	14	0
2016 (n. 39)	22	0
2017 (n. 40)	12	0
2017 (n. 41)	16	0
2018 (n. 42)	11	0
2018 (n. 43)	12	0
2019 (n. 44)	12	0

Elaboração própria.

O primeiro artigo que mostra visibilidade em relação ao tema proposto foi publicado pela revista em 2010, intitulado “*Direitos humanos, invisibilidade e educação especial*”, foi produzido por Júlia Campos Clímaco, uma psicóloga formada pela Universidade de Brasília - UnB, com mestrado em Ciências Sociais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) na Argentina. A autora pretende no ensaio, desenvolver a construção da deficiência como uma resposta humana, no qual a alteridade esteja estabelecida em um lugar em que a normalidade não seja ameaçada. Para isto, Clímaco (2010) discorre sobre uma visita que fez a uma escola de educação especial em Brasília - DF, ela traz essa experiência e observação.

Clímaco (2010) evidencia o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em seu trigésimo sétimo período de sessões, pela Resolução 37/52, de 03 de dezembro de 1982, através desse Programa, a autora apresenta as suas observações na escola, na qual, as crianças não são efetivamente respeitadas, dado que, elas são referidas pelos profissionais da escola por siglas, logo, o diagnóstico é colocado em primeiro lugar. Mesmo sendo uma escola pública, não se observou o cumprimento das leis básicas para esse público, segundo Clímaco (2010) a própria escola admite a raridade que é a inclusão das crianças com deficiência em escolas regulares, portanto, em sua observação é evidenciada a exclusão. Clímaco (2010) também ressalta a Declaração e o marco de Ação de Salamanca para as Necessidades Educacionais Especiais, de 1994, já mencionado neste trabalho como documento fundamental que reforça sobre o direito da criança à educação, bem como a necessidade de considerar a diversidade e a respeitando de acordo com suas características e necessidades. Na observação de Clímaco (2010) na visita, a escola busca mais por adaptar o aluno a sociedade e assim reforça a exclusão dos alunos com

deficiência, visto que na visão da autora, coincide na manutenção da afirmação de que as crianças da escola visitada em sua pesquisa não estão preparadas para a inclusão. Em relação ao Marco de Ação, que traz em um dos pilares que a educação inclusiva tem uma perspectiva do aprender junto, independente de diferenças e/ou dificuldades que a criança possa ter, a autora endossa que a escola funciona numa pedagogia de adaptação da criança à escola e à sociedade.

Na edição de 2011, a revista publica o artigo “*A sutil fronteira entre inclusão e exclusão no âmbito da educação inclusiva*”, da assistente social Josilene Barbosa do Nascimento, também mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Nascimento (2011) busca em seu artigo refletir sobre as noções de alteridade e diferença, relacionando-as aos sujeitos deficientes, aos portadores de transtornos globais do desenvolvimento ou de altas habilidades/superdotação. Além disso, a autora aborda a perspectiva da educação e da escola inclusiva, pautada na Política Nacional de Educação Especial. Nascimento (2011) afirma que a inclusão escolar tem a ideia da abertura das escolas para receber as crianças com deficiência, os portadores de transtornos globais do desenvolvimento ou de altas habilidades/superdotação, em seguida faz uma problematização a respeito dessa inclusão e endossa que, por muitas vezes, ao invés de incluir, reforçam e legitimam a exclusão dessas crianças.

No artigo publicado no ano de 2013 pela revista, cujo título “*Corpos jovens com impedimentos fora da Escola*”, é publicado pela assistente social Maria Lúcia Teixeira Garcia, também doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo - USP, é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes) - única que é financiada. Garcia (2013) apresenta um debate para contribuir com o tema, apresentando o texto “Proteção social à pessoa com deficiência no Brasil pós-constituintes: elementos para debate”, das autoras Mônica de Castro Maia Senna, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato e Luciana Dantas Andrade, que nos levam a refletir sobre as “desigualdades impostas por contextos sociais com barreiras a *corpos com impedimentos*” (GARCIA, 2013, p.59). A autora faz a utilização do termo *corpos com impedimentos* e, apresenta dois aspectos para a discussão: desigualdade e impedimentos perversos a *corpos jovens*. A autora propõe que esses *corpos* são impostos pelo descumprimento do direito assegurado constitucionalmente e das leis, a partir disso, traz para discussão a problematização do termo deficiência (evidencia Débora Diniz, também citada

neste trabalho) e assegura, ao falar da profunda desigualdade social que perpassa nosso país, que também cruza os caminhos dos “corpos com impedimentos”<sup>3</sup>, sendo assim, esses corpos lutaram e continuam lutando para a garantia da efetivação de seus direitos. Garcia (2013) também evidencia o aumento do número das pessoas com deficiência entre os anos 2000 e 2010, com base no Censo do IBGE<sup>4</sup>, que por sua vez alega o aumento em decorrência de mudanças na metodologia, bem como no aumento da quantidade de pessoas se auto declararem deficientes (GARCIA, 2013, p. 62). Outra colocação realizada pela autora é do grande número de pessoas com deficiência fora da escola, com base na pesquisa realizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) em 2010,

[...] indicava que 1 milhão 730 mil pessoas eram deficientes beneficiários do BPC (o que corresponde a um pouco mais de 50% do total de todos os beneficiários) (BRASIL, 2012). Mas, desses indivíduos, cerca de 80% com deficiência e com idade de até 18 anos estão fora da sala de aula. (GARCIA, 2013, p. 62)

Nesse sentido, Garcia (2013) observa que receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) não quer dizer que outros direitos sejam efetivados, como o acesso à escola e sua permanência nela.

Desde sua primeira edição, a revista publicou, aproximadamente, trezentos e oitenta e dois artigos, podendo ser observado no anexo 2. Destes, apenas 2,09% tem alguma proximidade com o tema proposto neste trabalho e apenas 0,7% sobre educação inclusiva e os três são escritos por mulheres e essa afirmativa pode ser um reflexo presente na categoria de Serviço Social historicamente, visto que é composto, em sua grande maioria, por mulheres. Outra importante observação é que apenas um desses três trabalhos foi financiado.

As publicações mostram que os artigos problematizam a inclusão e traz um olhar crítico para a deficiência. Além disso, as autoras evidenciam que mesmo as pessoas com deficiência ocupando os centros educacionais, a desigualdade é existente.

### **3.2 Serviço Social & Sociedade**

---

<sup>3</sup> Termo usado pela autora. Garcia (2013) se sentiu instigada pela expressão e a escolheu para discorrer sobre o tema.

<sup>4</sup> Já citado no primeiro capítulo deste trabalho. (p. 17-21 )

A Revista Serviço Social & Sociedade é uma das mais importantes na história da profissão, ela atua há mais de 35 anos, tornando-se referência nacional e internacional. Suas publicações são focadas em temas ligados à realidade social, à política e à economia. Sua classificação no Qualis Capes é A1. A revista disponibilizou *online* suas publicações a partir do ano de 2010, sendo assim, irei analisar a revista a partir desse.

No ano de 2010, há quatro edições da revista, totalizando trinta e nove artigos publicados, com um falando sobre educação superior, porém, nada que aprofunda sobre o tema que estamos propondo. Em 2011 foram quarenta e seis publicações e 2012 foram trinta e sete, com um abordando o tema da educação popular e uma sobre o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

No ano de 2013, foram trinta e nove publicações, uma sobre a educação contemporânea. Em 2014, a revista publicou trinta e sete artigos, destes, um também sobre o Benefício de Prestação Continuada - BPC. Em 2015 foram trinta e seis artigos publicados, um deles com o tema serviço social e educação e outro sobre os institutos federais. Em todos esses anos, a revista publicou quatro edições por ano.

A partir do ano de 2016, foram três edições, neste ano, a revista publicou trinta e três artigos, com um abordando a temática de transtornos mentais. Em 2017, foram trinta publicações e em 2018, vinte e oito. Nesse ano de 2019, a revista publicou onze artigos em sua primeira edição, um deles cujo tema é educação popular.

De 2010 até 2019, a revista publicou cerca de trezentos e sessenta, anexo 3 deste trabalho, desses, com aproximadamente 2,5% de suas publicações com alguma aproximação com o tema, porém, não houve publicações sobre educação inclusiva.

O fato de que a revista mais antiga da categoria não possua nenhum artigo sobre educação inclusiva é um indicador importante de que o tema não tem sido visto como prioritário pela categoria.

### **3.3 Revista Katálysis**

A Katálysis é uma revista vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e ao de Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Ela publica quadrimestralmente desde 1997, ano de sua criação.

Cada edição é voltada para uma temática específica e relevante no contexto atual de áreas do Serviço Social e afins, com *Qualis* Capes A1.

Em sua primeira edição, em 1997, a revista publica 09 artigos. Em 1998, foram publicados 17, em nenhuma das publicações havia artigos referentes à educação inclusiva ou especial. Já em 1999, com 10 publicações, houve um artigo que aborda sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), visto que seu tema era “Seguridade, Assistência e Cidadania”. No ano de 2001, foram aproximadamente 07 publicações. Entre 2002 até 2015, a revista publica 02 volumes por ano.

Em 2002, cada volume possui 07 publicações, totalizando 14 publicações no ano. Em 2003 foram o total de 19 publicações no ano, bem como em 2004, com também 19 publicações. No ano de 2005, há 21 artigos publicados pela revista e em 2006, 24 artigos. Em 2007, a revista publica uma edição especial e totalizou 29 artigos. Em 2008, são 24 publicações, em 2009, 22 e em 2010, foram 29.

De 2002 até 2010 não há publicação e nem aproximação com o tema. No ano de 2011, foram publicados cerca de 27 artigos. No primeiro número da revista, houve duas publicações que se aproximam do tema, uma aborda novamente sobre o BPC e a outra sobre educação superior, porém, nenhuma trata da educação inclusiva. Em 2012, são 23 publicações, com uma tratando a respeito da deficiência no segundo número da revista daquele ano. Já em 2013, com uma edição especial, há 29 publicações. Em 2014 são 25 artigos e em 2015 são 24, com 02 artigos que abordam a temática do BPC.

A partir de 2016, a revista publica 03 números por ano. Em 2016 foram o total de 36 publicações e em 2017 foram 38, com uma cujo tema é sobre deficiência, perícia e benefício assistencial na LOAS, ele analisa o conceito de deficiência, incorporado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência à Constituição Federal e sua influência na LOAS. E em 2018, foram aproximadamente 49 publicações. Em 2019, há apenas uma edição com 17 artigos.

É importante observar que desde a sua criação, não há artigos acerca da educação inclusiva e especial, dos seus 512 artigos publicados apenas 1,3% tem alguma aproximação com o tema.

### **3.4 Revista Serviço Social & Realidade**

A revista *Serviço Social & Realidade* é uma revista vinculada ao Programa de Pós-Graduação - Doutorado e Mestrado em Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Franca. Faz suas publicações semestralmente, a partir de produções científicas voltadas às expressões da questão social. A revista recebe apoio financeiro do Programa de Apoio à Pós-Graduação (capes) e da Pró-reitoria de Pós-Graduação da Unesp. É uma revista com *Qualis* Capes B3, sendo pouco conhecida em relação às analisadas anteriormente.

Todas as edições da revista contém dois números por ano. Sua primeira edição é em 2007 com 27 artigos, dentre eles um que aborda sobre educação inclusiva e outro que se aproxima do tema. Na sua segunda edição, em 2008, foram publicados 31 artigos. Em 2009, a revista publica 28 artigos e um sobre educação básica. Na edição de 2010, houve 26 publicações e três com aproximação com o tema. No ano de 2011, 19 artigos e em 2012, 18 com alguma relação com o tema.

Na edição de 2013, foram 16 publicações e 2014, 18 e três com alguma relação - um deles aborda sobre deficiência. Em 2015, 16 artigos e um sobre a temática e um com alguma relação. Por fim, na edição de 2016, a revista publica 24 artigos com um sobre o tema.

O primeiro artigo que aborda o tema pesquisado neste trabalho foi publicado em 2010, intitulado *“Escuela Inclusiva: Ideas para Ponerla En Práctica”*, produzido pelo professor Eladio Sebastián Heredero, que é um pesquisador da área da Diversidade e da Escola Inclusiva, contribuindo com suas ministrações em algumas universidades brasileiras.

Heredero (2007) pretende abordar a respeito da educação inclusiva na realidade escolar brasileira, partindo da perspectiva de uma visão global e atualizada. O artigo é dividido em quatro tópicos. O primeiro é a introdução, no segundo Heredero (2007) adentra na questão da escola inclusiva, no terceiro o autor aborda a respeito dos recursos humanos na nova escola inclusiva e apresenta algumas propostas básicas para colocar em prática essa nova escola inclusiva, que seriam, de acordo com o autor: *Profesionalidad y liderazgo - Educación preventiva y proventiva - Trabajo en equipo y multidisciplinar - Transformar - Investigar - Asumir propuestas de calidad - Proyecto común - Formación del profesorado - Investigación-acción - Innovación - Evaluación - Trabajo en equipo - Apertura al cambio*. (HEREDERO, 2007, p. 7) e, por fim, Heredero (2007) apresenta propostas de organização, sendo elas: *I. Planificación; II. Metodología; III. Estrategias de agrupamientos; IV. Estrategias en evaluación; V. Estrategias en evaluación interna, VI. Participación: apoyos a*



*famílias*. Em cada proposta o autor apresenta diversas possibilidades, na primeira - I. Planejamento - uma das propostas é o apoio aos professores (recursos humanos), as atividades complementares e uso do audiovisual (recursos materiais); na segunda - II. Metodologia - a interdisciplinaridade, os mapas conceituais e a criação de autonomia; na terceira - III. Estratégias de agrupamento - trabalho em equipe; na quarta - IV. Estratégias para avaliação - mais tempo nas avaliações e diferenciação dos procedimentos, dentre as propostas; na quinta - V. Estratégias de avaliação interna - projetos comuns e desenvolvimento planejado e na última - VI. Participação: apoio às famílias - atividades extraescolares, associação de pais e escola participativa dentre as possibilidades (HEREDERO, 2007, p. 113-115).

O segundo artigo sobre o tema, foi publicado só em 2015, pela pedagoga Priscila Alvarenga Cardoso Gimenes e pela assistente social Angelita Márcia Carreira Gandolfi Lança (bolsista CAPES), mestrandas do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, intitulado “*Assistência Social e Educação Especial: Em Prol do Atendimento das Necessidades dos Deficientes*”. Segundo Gimenes e Lança (2015) é importante entender como o homem vem atendendo suas necessidades ao longo do tempo, para compreensão da grandeza da discussão sobre o atendimento educacional oferecido às pessoas com deficiência. As autoras buscam no artigo, refletir a respeito da relação, bem como do papel da Assistência Social e da Educação Especial, visto que ambas foram criadas a fim de garantir o suprimento das necessidades básicas da população, que foram colocadas à margem do sistema, a partir do desenvolvimento das sociedades (GIMENES, LANÇA, 2015, p. 25). A partir do levantamento histórico, as autoras concluem, que as práticas pedagógicas e as políticas educacionais em relação à inclusão, ao mesmo tempo que pode ser favorável para autonomia e inclusão social, pode legitimar a exclusão social.

No terceiro e último artigo publicado no ano seguinte, em 2016, cujo título é “*A Educação Inclusiva no Contexto da Educação Infantil*”, produzido pela professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP e doutora em Serviço Social pela mesma faculdade e pela aluna do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Pessoas do Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF), Gabriela Silva Ferreira, também mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade

de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. O artigo é um recorte da dissertação de mestrado e tem como objetivo evidenciar os benefícios da inclusão da criança com deficiência na Educação Infantil. Andrade e Ferreira (2016) trazem um balanço da educação inclusiva no contexto da educação infantil, segundo as autoras

[...] a Educação Infantil é um ambiente que cultiva um papel marcante no desenvolvimento da criança. Sendo que, para a criança que possui algum tipo de deficiência, a participação precoce nas atividades proporcionadas pelas instituições de ensino infantil podem contribuir de maneira positiva no seu processo de desenvolvimento. (ANDRADE, FERREIRA, 2016, p. 136)

A partir disso, as autoras apresentam a respeito da educação infantil e a importância da inclusão das crianças com deficiência na modalidade, trazendo como um dos pontos, a acessibilidade para além das questões estruturais, a exemplo de leis mais organizadas e afinadas para ter mais eficiência e efetividade na inclusão das crianças com deficiência na primeira etapa da educação.

Desde sua primeira edição, em 2007, até o ano de 2016, a revista publicou, aproximadamente, 223 artigos. Destes apenas 1,3% abordam sobre educação inclusiva e especial e, 4,9 % com alguma relação com tema, por falar sobre educação e/ou deficiência.

### **3.5 Breves Considerações**

A produção acadêmica sobre educação inclusiva e especial no Serviço Social brasileiro é bem reduzida em relação à quantidade dos artigos publicados nas revistas aqui analisadas, ou seja, o Serviço Social não fala sobre o assunto. Das 1.477 publicações pesquisadas, 2,3% deles abordam a temática da deficiência, da política de assistência - BPC e da educação em todos os seus níveis, vale ressaltar que esse número pode ser um pouco maior no que refere à área da educação como um todo, pois não me atentei a essa área, porém, é relevante trazer para discussão, mesmo que seja de forma mínima, a aproximação que outras publicações têm com o tema aqui proposto. Ainda, de todos esses artigos, apenas 0,4% aborda a respeito da educação inclusiva e especial.

Quem mais escreve sobre educação inclusiva e especial nas revistas analisadas são as mulheres, dos seis artigos encontrados, apenas um foi produzido por um homem, conforme

supracitado, os dados apontam que pode ser reflexo da historicidade do Serviço Social. As áreas de conhecimento variam entre psicologia, pedagogia, serviço social, ciências sociais e sociologia. Dos oito autores, cerca de 37, 5% são assistentes sociais e, 33% evidenciou ser bolsista para financiamento de pesquisas, porém, a revista Serviço Social & Realidade salienta receber apoio financeiro do Programa de Apoio à Pós-Graduação (capes) e da Pró-reitoria de Pós-Graduação da Unesp, dessa forma, 66% dos artigos receberam suporte financeiro. Apenas um dos artigos está publicado em espaços de temas livres, os três da revista Serviço Social & Realidade.

Acerca da revista SER SOCIAL, os três artigos encontrados foram produzidos por apenas uma autora, sendo uma psicóloga e duas assistentes sociais. Além disso, a revista obtém um GT de pesquisa que trabalha com deficiência, contribuindo, mesmo que esporadicamente, a publicações nesse veículo de comunicação. Apenas um dos artigos está publicado no espaço de temas livres, os outros dois artigos foram publicados seguindo o tema proposto pela revista naquela edição.<sup>5</sup>

Sobre a revista Serviço Social & Realidade, dos três artigos encontrados apenas um foi produzido por um autor, entre eles apenas uma assistente social que produziu o artigo em parceria com uma pedagoga, os outros são professores e uma aluna, conforme supracitado. Todos foram publicados de acordo o tema da edição da revista.

Outro ponto importante de frisar é a preocupação dos autores de problematizar a inclusão, pois a maioria deles endossa que paralelo a essa inclusão, pode haver uma afirmação, legitimação da exclusão social.

---

<sup>5</sup> Anexo I. (p. 48)

## **Conclusão**

Sabendo que a área da educação também é uma das áreas de atuação dos/as assistentes sociais, a inserção desses/as profissionais nesses espaços é pequena, mesmo com uma legislação salientando a relevância da presença do Serviço Social na composição da instituição com os outros profissionais que atuam no sistema educacional. Nesse sentido, realizar uma pesquisa sobre educação inclusiva e especial não é uma tarefa fácil, visto que a produção acadêmica sobre o tema na área do Serviço Social é reduzida. O Serviço Social tem uma preocupação muito grande com diversas expressões da questão social, das políticas públicas e da garantia dos direitos, sendo assim, o direito ao acesso e permanência na escola também é uma pauta do Serviço Social.

A partir da análise realizada é assertivo a colocação de que o Serviço Social não fala acerca da educação inclusiva, havendo uma dificuldade de abordar o tema por justamente ter poucos profissionais de Serviço Social no âmbito escolar. Como a área da educação ainda é um desafio para a categoria, conseqüentemente, a produção acerca da temática torna escassa. Nesse sentido, há em seu campo de publicações um número razoável de trabalhos que abordam sobre educação e deficiência, porém, sobre educação inclusiva e especial não há muitos registros. Apesar disso, há apenas um homem autor, isso pode ser reflexo da história do Serviço Social brasileiro, onde desde seu surgimento é pautado pela densa presença de mulheres.

Apesar de uma das revistas ter um grupo que trabalha com deficiência, o mesmo não consegue abranger todas as categorias que envolvem as pessoas com deficiência, dado que a revista tem apenas três artigos que falam sobre educação inclusiva e especial.

Desse modo, a produção acadêmica no Serviço Social sobre educação inclusiva e especial é escassa, com poucos artigos que efetivamente falam sobre o tema em relação as muitas publicações realizadas pelas revistas analisadas. Levando em consideração que três das quatro revistas analisadas - a revista Serviço Social & Sociedade, a revista SER SOCIAL e a revista Katálysis - são conhecidas no contexto do Serviço Social, os dados encontrados podem fortalecer para contribuição da produção acadêmica e de pesquisas sobre o tema no Serviço Social.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. *Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação*. Brasília: CFESS, 2004.

ALMEIDA, N; RODRIGUES, M. *Serviço Social e Educação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

ANDRADE, L. B. P.; FERREIRA, G. S. A educação inclusiva no contexto da educação infantil. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 25, n. 2, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 04 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. Declaração Mundial Sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. UNESCO, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 18 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei no 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL nº 60/2007. Altera o Projeto de Lei nº 3688, de 31 de outubro de 2000. Que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. Disponível em : <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3595660&ts=1543057455300&disposition=inline>. Acesso em: 21 de set. de 2018 .

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de janeiro de 2001. Lei do Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 01 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 01 de jun. de 2019.

\_\_\_\_\_. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Ministério da Educação, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008a.

\_\_\_\_\_. Conferência Nacional da Educação Básica (2008:Brasília, DF) Documento final. – Brasília : Ministério da Educação, 2008b.

\_\_\_\_\_. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 21 de set. de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/ SEESP/ DPEE, 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-). Acesso em: 21 de set. de 2018.

CFESS ( Conselho Federal de Serviço Social). Serviço Social na Educação. Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. CFESS, 2001.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). *Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação*. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. CFESS, 2011.

CFESS MANIFESTA. Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Brasília: CFESS, 2009.

\_\_\_\_\_. 3º Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Dia Internacional da Pessoa com Deficiência: um longo caminho para efetivar os direitos. Brasília: CFESS, 2012.

\_\_\_\_\_. 2º Encontro Nacional de Educação: assistentes sociais por uma educação pública e de qualidade. Brasília: CFESS, 2016.

\_\_\_\_\_. Edição Especial: Pelos Direitos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência. Assistentes Sociais dizem não para os retrocessos aos direitos e às políticas sociais das pessoas com deficiência e da pessoa idosa. Brasília: CFESS, 2017.

CLÍMACO, J. C. Direitos humanos, invisibilidade e educação especial/ *Human rights, invisibility and special education*. SER Social, Brasília, v. 12, n. 27, p. 214-232, jul./dez. 2010.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiro Passos; 324).

EL-ABED, Naila Muhammad. Atuação do profissional do serviço social na educação especial. Educação, Psicologia e Interfaces, vol.1, n.1, p. 44-56, 2017.

GARCIA, M. L. T. “Corpos jovens com impedimentos” fora da Escola / “*Bodies young people with impairments*” outside the school. SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 59-65, jan./jun. 2013.

GIMENES, P. A. C.; LANÇA, A. M. C. G. Assistência Social e Educação Especial: Em prol do atendimento das necessidades dos deficientes. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 24, n. 1, 2015.

HEREDERO, E. S. Escuela Inclusiva: ideas para ponerla en práctica. Serviço Social & Realidade, Franca, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em: [https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HqaUFdssGbAJ:https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia/default\\_caracteristicas\\_religiao\\_deficiencia.shtm+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HqaUFdssGbAJ:https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br) ?

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: O Instituto, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

MARGAREZI, Andreia Letícia. Educação Inclusiva e as Possibilidades de Intervenção para o Assistente Social. 2010. 77 f. Monografia (Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MUNIZ, S., M.; MUNIZ, R., F.; VIANA, T., V. Serviço Social e Inclusão: A Atuação do Assistente Social Junto ao Processo de Inclusão das Crianças com Deficiência nas Escolas de Ensino Regular. Revista de Educação, Linguagem e Literatura. v.10, n.1. Inhumas, Goiás: UNESPAR, 2018.

NASCIMENTO, J. B. A sutil fronteira entre inclusão e exclusão no âmbito da educação inclusiva. SER Social, v. 13, n. 29, p. 172-194, 7 mar. 2012.

PINTO, A., L., N. *et al.* Serviço Social na Educação: Ampliando os Olhares. Cadernos de Graduação Ciências Humanas e Sociais. v. 3. n. 2. Aracajú: 2016.

REVISTA KATÁLYSIS. Periodicos.ufsc. Página Inicial. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

REVISTA SER SOCIAL. Periodicos.unb. Página Inicial. 2019. Disponível em : [http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/about](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/about). Acesso em: 10 de abril de 2019.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL & REALIDADE. Ojs.franca.unesp. Página Inicial. 2019. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Cortezeditora. 2019. Disponível em :<http://www.cortezeditora.com.br/assinatura-da-revista-servico-social-sociedade-3-exemplares-1527.aspx/p>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

SANCHES, M., S., R., A.; SARMENTO, H., B., M. Assistente social nas escolas: crianças interlocutoras do debate. Revista SER Social. Brasília, v. 14, n. 30, pp. 48-75, 2012.

SOUZA, L., A., A., R.; SILVA, S., K., L. O Serviço Social e a Educação Especial: Análise da Atuação Profissional no DEE do Município de Marabá-PA. Pará, 2017.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Relatório Mundial Sobre a Deficiência. The World Bank ; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo : SEDPcD, 2012.



## Anexos

### Anexo I - Revista SER Social

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS									
NOME DA REVISTA	NOME DO TEXTO	Nome/Área de Conhecimento dos pesquisadores (as)	Mestrado/Doutorado	Estado de Origem	Instituição Vinculada	Tema Central	Gênero	Financiador (a)	Tema da Revista
SER SOCIAL/2010	Direitos humanos, invisibilidade e educação especial	Júlia Campos Clímaco/Psicóloga (UnB)	Mestra em Ciências Sociais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Buenos Aires, Argentina	Brasília - DF	Universidade de Brasília - UnB	Desenvolver a construção da deficiência como um dever humano. Analisar uma experiência em uma escola de educação especial	Mulher	Não evidenciou	Políticas e Programas Específicos - temas livres
SER SOCIAL/2011	A sutil fronteira entre inclusão e exclusão no âmbito da educação inclusiva	Josilene Barbosa do Nascimento/Assistente Social	Mestre em Sociologia pela Universidad e Federal da Paraíba (UFPB) e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidad e Federal de Campina Grande - UFCG.	Campina Grande - PB	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	Refletir sobre as noções de alteridade e diferença, relacionando-as aos sujeitos deficientes, aos portadores de transtornos globais do desenvolvimento ou de altas habilidades/superdotação. Perspectiva da educação e da escola inclusiva, pautada na Política Nacional de Educação Especial.	Mulher	Não evidenciou	Política Social e Direito à Educação

SER SOCIAL/2013	“Corpos jovens com impedi- mentos” fora da Escola	Maria Lúcia Teixeira Garcia/Assis- tente social (USP)	Doutora em Psicologia (USP)	São Paulo - SP	UFES	Contribuição com o tema: a autora apresenta dois aspectos para a discussão: desigualdade e impedimentos perversos a corpos jovens	Mulhe- r	Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes).	Política social e deficiência
--------------------	---	---	-----------------------------------	----------------------	------	--	-------------	--	-------------------------------------

## Anexo II - Revista Serviço Social & Realidade

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS								
NOME DA REVISTA	NOME DO TEXTO	Nome/Área de Conhecimento dos pesquisadores (as)	Mestrado/Doutorado	Estado de Origem	Instituição Vinculada	Tema Central	Gênero	Financiador (a)
SERVICÇO SOCIAL E REALIDADE/2007	ESCUELA INCLUSIVA: IDEAS PARA PONERLA EN PRÁCTICA	Eladio Sebastián HEREDERO/ Professor/ Uma das graduações em Ciências da Educação	Doutorado em Doutorado em Educação, Universidad de Alcalá (Espanha)	Espanha	Professor Visitante Estrangeiro da UFMS (Campo Grande-MS), Professor colaborador del programa de Pós-graduação em Educação da UNESP (São Paulo-Brasil)	O trabalho visa abordar na realidade escolar brasileira o fenômeno da escola inclusiva a partir de uma perspectiva de visão global e atualizada.	Homem	Não evidenciado
SERVICÇO SOCIAL E REALIDADE/2016	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade/ Professora PPG em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Gabriela Silva Ferreira/ Aluna do PPG	Doutora em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidad e Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP	São Paulo - SP	UNESP	O objetivo é destacar os benefícios da inclusão da criança pequena com deficiência na Educação Infantil.	Mulher	Não evidenciado

SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE/2015	ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: EM PROL DO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS DEFICIENTES	Priscila Alvarenga Cardoso Gimenes/ Pedagoga (UNESP), Angelita Márcia Carreira Gandolfi Lança/ Assistente Social	Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	São Paulo - SP	UNESP	Tem por objetivo conhecer como o homem vem, ao longo do tempo, atendendo às suas necessidades para compreender a amplitude da discussão e refletir sobre a relação e o papel da Assistência Social e da Educação Especial.	Mulher	Bolsista CAPES
---------------------------------	---	--	---	----------------	-------	--	--------	----------------